
Imprensa Livre e o Jornalismo Socialmente Justo? – Um Olhar Sobre as Políticas Públicas na Mídia Alternativa Nacional¹

Neimar da Cunha ALVES²
Anatália AMORIM³
Bianca Mara GUEDES⁴
Ana Cristina SPANNENBERG⁵
Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO

O *paper* apresenta resultados parciais de uma pesquisa que se propõe a fazer um mapeamento da cobertura jornalística do tema políticas públicas, em determinados veículos da mídia alternativa brasileira digital, no primeiro semestre de 2017. Foram analisadas 189 notícias, através da técnica da Análise de Conteúdo, publicadas em 22 veículos de comunicação, visando identificar a frequência das políticas públicas pautadas, quais os temas prioritários e quem são os sujeitos mencionados. A amostra foi recortada em quatro temas centrais – educação, habitação, saúde e trabalho e renda. Os resultados obtidos foram organizados de modo quantitativo e qualitativo e demonstram que às notícias sobre políticas públicas é dedicado pouco espaço, geralmente com viés negativo e que a voz prioritária ao se abordar o tema é de representantes governamentais e não da sociedade civil.

PALAVRAS-CHAVE: observatório de mídia; monitoramento da mídia; políticas públicas, mídia alternativa.

1. INTRODUÇÃO

Políticas públicas são ações sob responsabilidade do Estado, decorrentes de garantias constitucionais e que ultrapassam ações de governos específicos. Sua oferta e qualidade devem ser fiscalizadas e cobradas pelos cidadãos e cidadãs. A mídia, sobretudo

¹ Trabalho apresentado na DT07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

² Jornalista, egresso do Curso de Jornalismo e mestre em Tecnologias, Comunicação e Educação, ambos pela Universidade Federal de Uberlândia e graduando em direito pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), colaborador do projeto “Políticas Sociais em pauta: Construção de um modelo de Monitoramento de cobertura sobre políticas sociais na mídia de Uberlândia/MG” (contemplado pelo Edital 01/2015 Fapemig – Demanda Universal), e-mail: neimardca@gmail.com

³ Discente do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista do projeto “Políticas Sociais em pauta: Construção de um modelo de Monitoramento de cobertura sobre políticas sociais na mídia de Uberlândia/MG” (contemplado pelo Edital 01/2015 Fapemig – Demanda Universal), e-mail: anataliaamoriiiim@gmail.com

⁴ Jornalista recém graduada pelo Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, ex-bolsista e atual colaboradora do projeto “Políticas Sociais em pauta: Construção de um modelo de Monitoramento de cobertura sobre políticas sociais na mídia de Uberlândia/MG” (contemplado pelo Edital 01/2015 Fapemig – Demanda Universal), e-mail: biancahuedes@gmail.com

⁵ Jornalista, professora do Curso de Jornalismo da UFU, mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA/2004) e doutora em Ciências Sociais (UFBA/2009), coordenadora do projeto “Políticas Sociais em pauta: Construção de um modelo de Monitoramento de cobertura sobre políticas sociais na mídia de Uberlândia/MG” (contemplado pelo Edital 01/2015 Fapemig – Demanda Universal), e-mail: anaspann@gmail.com

em sociedades democráticas, deve desempenhar papel decisivo nesse acompanhamento, por isso suas ações devem ser observadas com cuidado.

O presente artigo pretende apresentar os resultados parciais de um projeto que teve como objetivo principal a construção de um instrumento de monitoramento para observação das notícias sobre políticas públicas na mídia. O grupo de pesquisadores debruçou-se sobre três grandes grupos de veículos de comunicação: a mídia local de Uberlândia/MG, os jornais digitais de maior circulação na Região Sudeste do Brasil e os principais sítios da chamada mídia alternativa, visando identificar a frequência das políticas públicas pautadas pela mídia, quais os temas prioritários abordados e quem são os sujeitos mencionados nas notícias sobre políticas públicas.

Para a coleta de dados, a amostra foi recortada em quatro temas centrais – educação, habitação, saúde e trabalho e renda. Os resultados foram organizados de modo quantitativo e qualitativo, a fim de permitir sua melhor visualização e interpretação. Neste artigo serão apresentados, especificamente, os resultados na análise da cobertura dos 22 veículos de comunicação alternativos, em formato digital, mais seguidos na rede social Facebook.

Como resultado dessa pesquisa, foi desenvolvido o sítio abrigoando o Luminar – Observatório de Mídia e Políticas Públicas (observatorioluminar.org), que traz como proposta analisar a cobertura do tema na mídia e desenvolver ações de leitura crítica desta mesma mídia, voltadas aos sujeitos receptores e aos sujeitos beneficiados pelas políticas públicas. Nas suas análises preliminares, referentes ao primeiro semestre de 2017, o Luminar identificou 1030 notícias sobre políticas públicas em 37 veículos pesquisados. Entre os 22 veículos alternativos, foram 189 notícias, sendo 56 sobre educação, 30 sobre habitação, 57 sobre saúde e 46 sobre trabalho e renda. Tais dados iniciais apontam a necessidade de continuar a se debruçar sobre essa cobertura de modo a entendê-la e fazê-la compreensível aos sujeitos por ela implicados.

A seguir, o presente artigo, estruturado em três blocos, apresenta uma breve discussão conceitual sobre mídias, políticas públicas e observatórios de mídia; na sequência, descreve os procedimentos metodológicos adotados; e, ao final, são apresentados os principais resultados obtidos na análise.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS, MÍDIA E SEU ACOMPANHAMENTO

A discussão conceitual em torno do tema políticas públicas remonta ao século XIX, embora a ideia somente tenha se consolidado enquanto prática após a quebra da bolsa estadunidense e conseqüente crise econômica mundial dela decorrente, em 1929 e, posteriormente, no período de reestruturação econômica pós Segunda Guerra Mundial. Tais discussões são sustentadas, sobretudo, pela obra do economista inglês John Keynes, que rompe com preceitos do liberalismo clássico e propõe a ideia de “proteção social”, que pode “[...] ser definida como a garantia de determinados direitos, independentemente do nível de renda ou da participação no mercado de trabalho” (IPEA apud SARAIVA e CARVALHO, 2012, p.32). Dessa perspectiva, compreendemos as políticas públicas como aquelas ações que fazem parte da responsabilidade estatal desde a constituição dos Estados Modernos.

A pesquisadora Celina Souza propõe uma múltipla conceituação para o termo:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subseqüentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2006, p. 36).

Juliana Faleiros, pesquisadora da área do Direito, (2016) situa nos séculos XVII e XVIII, a partir das revoluções ocorridas na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, o início do processo de reconhecimento da dignidade da pessoa humana enquanto valor universal. No período, a busca era por reduzir a interferência do Estado na vida do cidadão. “Chamados de direitos de primeira dimensão, os direitos individuais são considerados as liberdades civis que englobam, dentre outros, a liberdade de expressão, o direito de ir e vir, o direito ao devido processo legal”. (FALEIROS, 2016, p. 100)

Em um segundo momento foi identificado que a consolidação das liberdades poderia ampliar as desigualdades sociais e que, portanto, a busca deveria ser por direitos sociais, que auxiliassem na redução das desigualdades (FALEIROS, 2016). Tal grupo de direitos foi denominado “direitos de segunda geração”, tal como educação, por exemplo. Tal definição apenas foi formalizada com a Declaração Universal de Direitos Humanos

proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) após o término da II Guerra Mundial e expandindo a ideia original para os chamados “direitos de terceira dimensão”, “[...] como o respeito ao meio ambiente, à biodiversidade cultural dos povos e à humanidade de modo geral”. (FALEIROS, 2016, p. 100).

Segundo Celina Souza (2006), as políticas públicas tornaram-se tema de atenção, sobretudo, a partir da política de contenção de gastos públicos e mudanças de posicionamento para um ajuste fiscal e medidas para contornar a inflação que surgem com o pós-guerra. Tal preocupação torna-se ainda mais relevante em países em desenvolvimento. No Brasil, as pesquisas sobre o tema sofrem um grande crescimento a partir da década de 1990.

A emergência, relativamente recente, da pesquisa em políticas públicas no Brasil e a popularização do tema requerem um esforço para tornar mais claras algumas questões a ela relacionadas. Esse esforço é também necessário porque a literatura sobre políticas públicas tem sido pouco traduzida no Brasil, assim como sua aplicação empírica ainda é relativamente escassa, inclusive nos trabalhos acadêmicos. (SOUZA, 2006, p. 12).

O papel dos meios de comunicação no agendamento da temática políticas públicas também é decisivo. Antes de adentrar nessa questão, entretanto, é preciso enfatizar que, embora não consensual e tendo sofrido com muitas críticas, a hipótese de que a mídia pauta a opinião pública continua sendo adotada por diversas correntes de pesquisadores e sustenta conceitualmente a presente proposta. Por essa hipótese, nascida em fins dos anos 1960 entre pesquisadores dos efeitos dos meios de comunicação de massa e denominada *Agenda Setting*, postula-se que a mídia “pode não conseguir, na maior parte do tempo, dizer às pessoas o que pensar, por outro lado ela se encontra surpreendentemente em condições de dizer aos próprios leitores sobre quais temas pensar alguma coisa” (COHEN apud WOLF, 2003, p.143-144).

Voltando ao agendamento das políticas sociais pela mídia, entende-se que essa possui papel de destaque na ampliação do debate. Entre os defensores de tal ideia, a qual nos filiamos, considera-se que a mídia pode auxiliar:

- a. Contribuindo para o agendamento dos temas prioritários para o desenvolvimento humano;
- b. Atuando como instituição central no sistema de freios-e-contrapesos dos regimes democráticos, colaborando para que os governos (mas também o setor privado e a sociedade civil) sejam mais responsáveis

(“*accountable*”) na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas;
c. Informando, de maneira contextualizada, os cidadãos e as cidadãs de tal forma que estes possam participar mais ativamente da vida política, fiscalizando e cobrando a promoção de todos os direitos humanos. (CANELA, 2008b, p.11-12)

No Brasil há estudos sobre as políticas públicas e seu tratamento midiático, sobretudo em algumas temáticas específicas. A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), por exemplo, em estudo de 2007, identifica que na cobertura dos 54 principais jornais diários do país no ano de 2005, entre as notícias que tratam da infância, apenas 16% aborda o tema pelo ponto de vista das políticas públicas (CANELA, 2008a, p.92-93).

Os pesquisadores apontam alguns avanços, com a lenta inserção de temas sociais na agenda midiática (MOTTA, 2008), mas não comemoram tais alterações, porque os enfoques de tais notícias ainda indicam um tratamento pouco voltado à contextualização humana e a apresentação de alternativas.

Apesar de todas as conquistas, as estatísticas seguem sendo desfavoráveis à cobertura destas temáticas. Pesquisa realizada pela ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância, 2003), em 716 notícias veiculadas em 56 jornais brasileiros, revelou que a grande maioria deles publica, em média, cerca de uma matéria a cada dois dias sobre temas como pobreza e miséria, fome, desnutrição, exclusão, desigualdade, desenvolvimento humano, políticas compensatórias, assistencialismo, geração de renda e outros assuntos afins. Nos textos que tinham como foco essas questões, a ênfase estava no crescimento econômico como solução, não no desenvolvimento social e humano. Menos de 1% falava em desenvolvimento local, integrado e sustentável. (MOTTA, 2008, p. 334-335)

Em tal contexto, os meios de comunicação atuariam como elementos de manutenção de uma ordem estabelecida, na qual apenas as chamadas “anomalias” devem ser informadas. “É natural, portanto, que a reduzida agenda da imprensa gravite sempre em torno dos mesmos temas e do mesmo tipo de enfoque, reverberando escândalos e denúncias, mas deixando de tocar em questões realmente importantes, justamente aquelas que são tão caras à agenda social”. (CANELLAS, 2008, p.106)

Entende-se, assim, que há necessidade de monitoramento da mídia no tratamento de tais temáticas, colaborando para que essa tenha caráter mais responsivo e dialógico com os atores sociais envolvidos e interessados (CANELA, 2008b). Observar como as

políticas públicas são pautadas pela mídia é, portanto, um desafio que reforça a ideia de que a mídia pode colaborar para fiscalização das ações do Estado. Um observatório de mídia funciona como uma entidade que monitora e reúne dados sobre o conteúdo publicado pelos veículos.

A cidadania está ligada à prática de reivindicação e apropriação de espaços e de direitos, segundo Mazini-Covre (2001) e o conhecimento desses direitos deve ser cada vez mais socializado entre a população. O papel dos observatórios de mídia, nesse caso, pode ser fundamental no que diz respeito não só a democratização da informação, mas a uma formação de sujeitos que possam compreender e lidar melhor com os meios de comunicação e suas mensagens; sujeitos autônomos, críticos que possam ter uma inserção mais transformadora na sociedade.” (PARENTE, PINTO, 2017, p.426).

Debruçando-se especificamente sobre os observatórios de mídia, Cunha (2011, p.7) aponta que tais estruturas têm sua origem com a consolidação dos grandes conglomerados de mídia, sobretudo a partir de fins dos anos 1970 e início dos anos 1980. A proposta que os origina está ligada a uma crítica aos fluxos unidirecionais dos meios de comunicação de massa e à ideia de democratização da comunicação. Um dos principais marcos dessa crítica foi o relatório MacBride produzido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura (Unesco) e divulgado em 1980, que denunciava uma espécie de “neocolonização cultural”, cujo fluxo poderia ser percebido do hemisfério norte para o hemisfério sul, o que demonstrava o peso do agendamento midiático (CUNHA, 2011, p.7).

Já na década de 1990, os processos de privatização e desregulamentação das telecomunicações, acabaram reforçando os conglomerados de comunicação, com poucos grupos controlando grande parte dos veículos de produção de conteúdo. Em 1998, Ignácio Ramonet já previa o impacto que esses movimentos teriam sobre a livre circulação da informação:

O objetivo visado por cada um dos titãs da comunicação é tornar-se o interlocutor único do cidadão. Querem poder proporcionar-lhe afinal notícias, dados, lazer, cultura, serviços profissionais, informações financeiras e econômicas; e desta forma coloca-lo em conexão com todos os meios de comunicação disponíveis – telefone, modem, fax, visio-cablagem, televisor, Internet. (RAMONET, 1998, p.124-125)

Acreditamos que esse é o cenário no qual começam a surgir os observatórios de mídia. Albornoz e Herschmann, ao desenvolver um levantamento sobre os observatórios ibero-americanos, apontam que a maioria daqueles que conseguiram identificar surgiram na segunda metade da década de 1990 (2006, p.3). Conforme Cunha, seu surgimento neste contexto define suas características: “a ação dos observatórios junto à mídia busca limitar a prioridade econômica do lucro máximo e tenta instituir o interesse social em seus conteúdos” (2011, p.9).

Em busca de uma conceituação dos observatórios de mídia, encontramos sua relação direta com os chamados Sistemas de Responsabilização da Mídia, ou MAS, do inglês, *Media Accountability System* (BERTRAND apud CUNHA, 2011, p.22). Os MAS são mecanismos que funcionam como “[...] respostas civis ao domínio mercadológico e ao enfraquecimento da regulamentação dos meios de comunicação de massa” (CUNHA, 2011, p.22).

Tais estruturas podem ser classificadas em duas categorias: os observatórios fiscais, que monitoram o funcionamento dos meios de comunicação; e os observatórios *think tank*, que propõem refletir e intervir no encaminhamento de políticas públicas (ALBORNOZ, HERSCHMANN, 2006, p.5-7). Cunha e Rebouças propõem, ainda, uma terceira categoria, baseada nas experiências brasileiras, que mesclaria as duas anteriores. Os pesquisadores citam o Observatório da Mídia Regional da Universidade Federal de Pernambuco para demonstrar que é possível identificar nas ações dessa categoria tanto características de “porta-vozes de alternativas de e para as políticas públicas”, quanto de “ferramentas de fiscalização da mídia” (REBOUÇAS, CUNHA 2008, p.1-2).

Quanto ao objetivo dos observatórios de mídia, vale destacar sua relação direta com a proposta de uma sociedade democrática, que percebe essas instituições como instrumentos para ampliação da participação cidadã nas decisões sociais.

A existência dos observatórios impulsiona a comunicação democrática, seja capacitando profissionais da área ou desenvolvendo a pedagogia crítica junto ao público receptor. O objetivo deles é que suas demandas sejam concretizadas em leis, instituições e políticas públicas. Para que isso ocorra, é preciso também a conscientização do público para a importância da temática; sobretudo, em um país onde existem leis que não são acatadas. (REBOUÇAS, CUNHA, 2010, p.87)

O Luminar – Observatório de Mídia e Políticas Públicas foi criado dentro dessa concepção de democratização da comunicação. Por esse motivo, além de trazer análises

sobre o conteúdo publicado pela mídia, também apresenta informação e propostas de reflexão e intervenção, adequando-se às principais características de um observatório, conforme propõem Rebouças e Cunha (2010, p.91).

3. CAMINHOS DA PESQUISA

O presente estudo, como já mencionado, observou a cobertura do tema políticas públicas nos principais veículos de mídia com produção jornalística alternativa digital. Para tanto, optamos pela utilização da Análise de Conteúdo como método de pesquisa. A análise de conteúdo (AC), especificamente aplicada ao texto, “[...] faz uma ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais. No divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos” (BAUER, 2002, p.190).

No âmbito dos estudos de jornalismo, vale destacar que a AC é entendida como metodologia eficaz para uma série de observações. “Pode ser utilizada para detectar tendências e modelos de análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos”, conforme destaca Herscovitz (2007, p.123). A pesquisadora também frisa que esse método é eficaz para identificarmos os sentidos construídos, o que vai de encontro às críticas de que a Análise de Conteúdo resultaria em pesquisas com resultados quantitativos e superficiais.

Martin Bauer propõe dois momentos para a realização da Análise de Conteúdo. O primeiro abarca a definição e amostragem das unidades de texto (BAUER, 2002, p.196ss). O segundo momento engloba os processos de definição de categorias e codificação. “A codificação e, conseqüentemente, a classificação dos materiais colhidos na amostra, é uma tarefa de construção, que carrega consigo a teoria e o material de pesquisa” (BAUER, 2002, p.199).

Em nossa proposta, a amostra foi composta por todas as publicações do primeiro semestre do ano de 2017 nos 22 veículos alternativos de comunicação mais seguidos pelos internautas na rede social Facebook, a saber: Mídia Ninja, Pragmatismo Político, Jornalistas Livres, Implicante, O Cafezinho, Spotnicks, Nexo, Falando Verdades, A Pública, Think Olga, Repórter Brasil, Revista AzMina, Ponte Jornalismo, Projeto Draft,

Senso Incomum, Jornal GGN, Mídia Sem Máscara, Aos Fatos, Calle 2, Risca faca, Amazônia Real, A Escotilha.

No primeiro momento da pesquisa realizamos a coleta de dados. Para a operacionalização da coleta foi adotado o sistema de monitoramento do Google Alerts. Outras possibilidades foram testadas e optou-se por essa ferramenta por permitir a busca direcionada em sítios específicos e dentro de um período de tempo pré-determinado. As unidades de registro foram recortadas a partir de quatro temas centrais – educação, habitação, saúde e trabalho e renda.

Para viabilizar a busca textual de notícias foram adotados os nomes de políticas públicas e/ou instituições a elas vinculadas. Assim, chegou-se aos seguintes termos de busca: “MEC” para políticas públicas de educação, pois o Ministério da Educação é o órgão do governo federal responsável por uma série de ações, como o FIES, o SISU, a política de Cotas e outras; o termo “Minha Casa, Minha Vida”, referente ao programa habitacional criado em 2009 para subsidiar a aquisição da casa própria por famílias de baixa renda para abordar as políticas de habitação; a sigla “SUS” para políticas de saúde, fazendo referência ao programa criado pela Constituição de 1988 e mantido pelo governo federal em parceria com estados e municípios que é considerado um dos maiores sistemas de saúde do mundo; e, por fim, o termo “salário mínimo”, que foi uma política implementada no Brasil pelo presidente Getúlio Vargas, na década de 1930, adota para analisar as políticas públicas envolvendo trabalho e renda.

Após coletadas as notícias referentes ao primeiro semestre do 2017, foi realizado um compilado quantitativo que permitiu responder a algumas questões, tais como: Qual a frequência das pautas sobre políticas públicas na mídia? Quais os temas prioritários abordados pela cobertura das políticas públicas? e Quem são os sujeitos nas notícias sobre políticas públicas?

No segundo momento, com todos os dados quantitativos tratados, partimos para uma análise aprofundada. O compilado das matérias encontradas nos veículos analisados foi colocado em um software específico e submetido a sorteio aleatório pelo qual foram identificadas, a cada mês, uma notícia para cada temática. Nessas foram observados, mais detidamente, quem são os sujeitos das notícias sobre políticas públicas. Para tanto, também adotamos a técnica da Análise de Conteúdo, com o instrumento desenvolvido pelo grupo de pesquisa (Tabela 01).

Tabela 01 – Análise Qualitativa – Quadro Geral

Número total de matérias	Número total de Sujeitos mencionados (nº)	Número total de Vozes (fontes - nº)	Abordagens	Destaques (Localização na página)
	<ul style="list-style-type: none"> • Representantes governamentais: • Sociedade civil: • Especialistas: • Outros: 	<ul style="list-style-type: none"> • Representantes governamentais: • Sociedade civil: • Especialistas: • Outros: 	<ul style="list-style-type: none"> • Positiva: • Negativa: • Neutra: 	<ul style="list-style-type: none"> • Principal: • Secundária: • Sem destaque:

Fonte: Autoria própria

A seguir, apresentaremos os principais resultados encontrados e discutiremos como eles nos apontam caminhos para (re)pensar a cobertura sobre políticas públicas nos meios de comunicação jornalísticos considerados alternativos.

4. RESULTADOS PRELIMINARES E DISCUSSÕES POSSÍVEIS

Os resultados apresentados abaixo (Tabela 02) demonstram que saúde e educação são os assuntos mais pautados, em seguida aparecem trabalho e renda. Alguns veículos têm tendência a tratar mais de um assunto do que de outro. Outro apontamento interessante está na produção de conteúdo por mês. Mensalmente há no mínimo alguma reportagem sobre saúde e educação, enquanto as matérias sobre habitação não são tão frequentes.

Tabela 02 - Quantidade de matérias por veículo e por temática

	Sistema Único de Saúde (SUS)	Minha Casa, Minha Vida	Salário Mínimo	Ministério da Educação (MEC)
Mídia Ninja	3	2	1	3
Pragmatismo Político	4	2	5	9
Jornalistas Livres	4	7	3	1
Implicante	1	1	1	4
O Cafezinho	2	3	2	6
Spotniks	1	1	3	1
Nexo	13	4	2	9
Falando Verdades	1	2	8	1

A Pública	2	3	4	-
Think Olga	-	-	-	-
Repórter Brasil	-	-	4	-
Revista AzMina	3	-	-	-
Ponte Jornalismo	-	1	-	-
Projeto Draft	-	1	-	-
Senso Incomum	-	-	1	-
Jornal GGN	20	3	12	22
Mídia Sem Máscara	1	-	-	-
Aos Fatos	2	-	-	-
Calle2	-	-	-	-
Risca Faca	-	-	-	-
A Escotilha	-	-	-	-
TOTAL	57	30	46	56

Fonte: Autoria própria

A partir da tabela elencada a seguir (Tabelas 03), observamos nos veículos alternativos matérias sobre as políticas públicas cujas abordagens geralmente são negativas. Ou seja, estão acompanhadas de críticas à forma como elas estão sendo conduzidas ao não beneficiar quem deveria ou ao limitar e modificar regras para concessão de benefícios deixando-as mais rígidas. A postura dos políticos (gestores públicos) quase sempre também é posta em xeque. Seja por um veículo alternativo de direita ou de esquerda. A postura do governante sempre é passível de críticas. Apenas na temática educação, houve abordagem elogiosa (positiva).

Os representantes governamentais são os mais citados e também os mais ouvidos. Por outro lado, a sociedade civil é citada, mas não é ouvida na mesma proporção. Ao planejarmos esta pesquisa, informalmente nós já gostaríamos de compreender se a constatação de que na grande mídia há um silenciamento da população também se repetiria na mídia alternativa. Como visto, a mesma situação se repete. Os especialistas, geralmente profissionais da área, são mais citados e ouvidos do que a própria comunidade que é atendida pela política pública.

Como é sabido, os gestores públicos têm papel importante ao traçarem estratégias de destinação de recursos para as políticas públicas. Às vésperas de eleições gerais em que as cadeiras dos poderes executivo e legislativo estaduais e federais vão ser novamente preenchidas, a população deve ser informada sobre como as políticas públicas fazem parte do seu dia a dia. A mídia, portanto, é um dos meios de se informar sobre esse assunto.

Tabela 03 - Análise Qualitativa - Quadro Geral - Alternativos

Número total de matérias	Temáticas	Sujeitos mencionados (número de vezes)	Sujeitos ouvidos (número de vezes que as fontes foram ouvidas)	Abordagem	Destaques
24	Habitação; Saúde; Educação; Trabalho e renda.	Representantes governamentais: 38 Sociedade civil: 35 Especialistas: 15 Outros: 25	Representantes governamentais: 28 Sociedade civil: 4 Especialistas: 16 Outros: 24	Positiva: 1 Negativa: 19 Neutra: 4	Sim: 24 Não: 0

Fonte: Autoria própria.

Observamos pelos resultados quantitativos que a cobertura das políticas públicas pela mídia alternativa brasileira apresenta algumas características em comum. O País atravessa um momento sombrio de instabilidade política e econômica. Em momentos assim, é preponderante que haja a luz da informação e do direito à liberdade de expressão. Então, façamos iluminar, façamos do Observatório Luminar um farol de análises em meio à escuridão das *fake news*. A mídia, seja ela alternativa, ou não, faz pulsar a democracia. A imprensa livre e o jornalismo socialmente justo e responsável são um dos pilares do Estado Democrático de Direito.

A história recente do Brasil nos apresenta uma realidade em que a informação correta é fundamental em momentos de crise. A destituição de uma presidenta, o surgimento de um governo de transição marcado por polêmicas, denúncias, conchavos e todo tipo de aliança para que projetos impactantes sejam aprovados como a Reforma da Previdência, a Base Nacional Comum Curricular, a Emenda Constitucional que limita os gastos públicos, etc. A cada dia, um novo escândalo, uma nova delação premiada, uma nova empreiteira no olho do furacão, a cada dia, novas denúncias de corrupção e desvio de verbas públicas. A economia caminha a passos lentos, embora os aumentos de preços sejam rápidos, congelamento do salário mínimo, epidemia de febre amarela, intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro... Em poucas linhas, uma avalanche de acontecimentos que impactam a vida de todos os brasileiros. Uma avalanche de acontecimentos que impactam as políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Luís A.; HERSCHMANN, Micael. *Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajetória. e-Compos - Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, dez 2006. Disponível em: www.compos.com.br/e-compos Acesso em: 25 abr 2015.

BAUER, Martin W. *Análise de conteúdo clássica: uma revisão*. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, George. (orgs) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som** – Um manual prático. Trad. Pedrinho Guareschi. Petrópolis : Vozes, 2000, pp. 189-217.

CANELA, Guilherme (org.) **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Cortez Editora : São Paulo, 2008a.

_____. *A cobertura jornalística das políticas públicas sociais: elementos para debate*. In: CANELA, Guilherme (org.) **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Cortez Editora : São Paulo, 2008b, pp. 10-30.

CANELLAS, Marcelo. *Nem imparcial, nem engajado: o repórter como artífice da notícia*. In: CANELA, Guilherme (org.) **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Cortez Editora : São Paulo, 2008b, pp. 104-114.

CUNHA, Patrícia dos Santos da. **Observatórios de Mídia: conceito, práticas e fundamentos**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Recife, 2011.

FALEIROS, Juliana Leme. "Escola sem Homofobia": Uma Leitura do Programa de Combate à Discriminação Sexual. In: SMANIO, Gianpaolo Poggio et al (Org.). *Políticas Públicas no Brasil: Trajetórias, conquistas e desafios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p. 99-114.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. *Análise de conteúdo em jornalismo*. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis : Vozes, 2007 (Coleção Fazer Jornalismo).

MOTTA, Luiz Gonzaga. *E agora? Urgente colocar o social no centro da pauta jornalística*. In: CANELA, Guilherme (org.) **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Cortez Editora : São Paulo, 2008b, pp. 333-342.

PARENTE, Cristiane; PINTO, Manuel. *Observatórios de mídia enquanto espaços de cidadania*. In: SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edson; XAVIER, Jurema Brasil. **Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural**. São Paulo : ABPEducom, 2017. Disponível em: https://issuu.com/abpeducom/docs/livro_educom_-_paginas_em_sequencia Acesso em: 16 abr 2018.

RAMONET, Ignácio. **A tirania da comunicação**. Petrópolis : Vozes, 1998.

REBOUÇAS, E. ; CUNHA, P.S. *Para que um Observatório de Mídia? O caso da análise da publicidade de bebidas alcoólicas nas rádios do Recife*. In: **XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2008, Natal. Disponível em: <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/8/80/Cunha.pdf> Acesso em : 25 abr 2015.

_____. *Observatórios de mídia como instrumentos para (da) democracia*. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação**, Rio de Janeiro, vol.4, n.4, p.85-93, nov 2010.

SARAIVA, Flávio Mesquita; CARVALHO, Fátima Franco Oliveira. *Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo, reforma do Estado e subordinação das políticas sociais à política econômica*. In: GANEV, Eliane; SARAIVA, Flávio Mesquita; VIEIRA, Sílvia Valéria (org.). **Políticas Sociais: percursos e desafios interdisciplinares**. São Paulo : Terracota, 2012, pp.31-52.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 18, p.20- 44, jul/dez 2006.

WOLF, Mauro. **Teorias das Comunicações de Massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (Col. Leitura Crítica).